

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da **Enerpeixe S.A.** ("Companhia" ou "Enerpeixe"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados através do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Destacamos que a Enerpeixe no exercício de 2010 em conformidade com o estabelecido com o novo padrão contábil atendeu ao processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS").

Destacamos ainda que a Enerpeixe no ano de 2010 obteve sua Licença de Operação renovada por mais 6 anos, ou seja, um aumento de 50% em relação a Licença de Operação emitida anteriormente e com significativa redução de exigências nas suas condicionantes.

A Enerpeixe, consciente de sua responsabilidade sócio ambiental, durante o ano de 2010, deu continuidade aos projetos sociais das áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental apoiou iniciativas de estudos e conservação do patrimônio natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos naturais dentro da sua área de atuação.

Na contínua procura da excelência a Enerpeixe manteve a renovação das Certificações do seu processo de operação e manutenção a ISO NBR 14001 e na valorização do seu contingente de colaboradores a OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do

Trabalho, com creditações na UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos) e, INMETRO (Brasil). Como fato relevante em 2010 a Enerpeixe obteve a certificação da ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção com o escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS.

A Administração da Enerpeixe registra aos seus acionistas e membros do Conselho de Administração um especial agradecimento pelo apoio e confiança. Aos colaboradores, funcionários e prestadores de serviços expressamos nosso reconhecimento por sua dedicação e empenho estendendo também nosso reconhecimento aos clientes, fornecedores, comunidade, poderes constituídos e demais parceiros por suas contribuições.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 <i>Ajustado</i>	01/01/2009 <i>Ajustado</i>
ATIVO				
Circulante				
Caixas e equivalentes de caixa	4	70.294	44.026	42.745
Concessionárias	5	10.583	11.523	10.733
Impostos e contribuições sociais	6	38	35	16.250
Partes relacionadas	8	35.298	34.238	23.505
Cauções e depósitos vinculados	10	58.194	55.498	51.666
Despesas pagas antecipadamente		413	496	540
Outros créditos		3.299	2.055	5.935
		178.119	147.871	151.374
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	67.551	62.716	64.490
Cauções e depósitos vinculados	10		6	5
		67.551	62.722	64.495
Imobilizado				
Intangível	13	1.703.413	1.735.677	1.762.121
		131.610	134.342	139.197
		1.835.023	1.870.019	1.901.318
Total do ativo		2.080.693	2.080.612	2.117.187

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 <i>Ajustado</i>	01/01/2009 <i>Ajustado</i>
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	14	4.826	5.767	10.474
Encargos de dívidas	15	2.574	3.081	3.583
Impostos e contribuições sociais	6	16.838	13.115	22.327
Partes relacionadas	8	1.924	1.066	1
Dividendos	21	17.000	20.020	21.670
Empréstimos e financiamentos	15	113.854	113.854	113.717
Obrigações estimadas com pessoal	18	487	542	419
Encargos regulamentares e setoriais	16	9.672	9.572	9.721
Uso do bem público	17	16.070	13.284	13.371
Provisões	19	2.076		
Outras contas a pagar		48	61	32
		185.369	180.362	195.314
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	43.747	45.435	47.123
Empréstimos e financiamentos	15	464.902	578.756	691.779
Partes relacionadas	8	637	637	637
Uso do bem público	17	182.609	171.175	176.306
Provisões	19	880		
		692.775	796.003	915.845
Patrimônio líquido				
Capital social	20.1	882.628	882.628	882.628
Reservas de capital	20.3	18.546	18.546	18.546
Reservas de lucros	20.3	301.375	249.007	151.226
Prejuízos acumulados			(45.934)	(46.372)
		1.202.549	1.104.247	1.006.028
Total do passivo e patrimônio líquido		2.080.693	2.080.612	2.117.187

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2010	2009 <i>Ajustado</i>
Receita operacional líquida	22	329.570	326.278
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(5.112)	(7.858)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(26.515)	(26.032)
		(31.627)	(33.890)
Custo de operação			
Pessoal		(1.614)	(3.340)
Materiais e serviços de terceiros		(10.855)	(12.332)
Depreciações e amortizações		(50.415)	(49.209)
Outros custos de operação		480	(223)
		(62.404)	(65.104)
Custo Total		(94.031)	(98.994)
Lucro operacional bruto		235.539	227.284
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(836)	
Despesas gerais e administrativas		(6.896)	(2.320)
Depreciações e amortizações		(237)	(45)
Outras despesas operacionais		(12.243)	(9.944)
		(20.212)	(12.309)
Resultado do serviço		215.327	214.975
Receitas financeiras		8.359	9.765
Despesas financeiras		(92.147)	(86.141)
		(83.788)	(76.376)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		131.539	138.599
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(44.237)	(39.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.522	(86)
(-) Imposto de Renda - Incentivo ADA		24.478	21.995
Lucro líquido do exercício	20.3.2	118.302	121.464
Lucro básico por lote de mil ações - R\$		141,98	145,77

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	882.628	18.546	151.226	-	1.052.400
Ajuste adoção das novas práticas				(66.017)	(66.017)
Imposto de renda e contribuição social				19.645	19.645
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (Ajustado)	882.628	18.546	151.226	(46.372)	1.006.028
Lucro líquido do exercício				121.464	121.464
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			6.051	(6.051)	
Reserva de retenção de lucros			69.735	(69.735)	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			21.995	(21.995)	
Dividendos				(23.245)	(23.245)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Ajustado)	882.628	18.546	249.007	(45.934)	1.104.247
Lucro líquido do exercício				118.302	118.302
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			3.618	(3.618)	
Reserva de retenção de lucros			24.272	(24.272)	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			24.478	(24.478)	
Dividendos aprovados				(20.000)	(20.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	882.628	18.546	301.375	-	1.202.549

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2010	2009 <i>Ajustado</i>
Geração do valor adicionado	366.794	363.130
Receita operacional	366.794	363.130
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(51.096)	(52.216)
Custos da energia comprada	(5.112)	(7.858)
Encargos de uso da rede elétrica e encargos de serviços de sistema	(26.515)	(26.032)
Materiais	(526)	(501)
Serviços de terceiros	(13.046)	(12.216)
Outros custos operacionais		
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(3.296)	(3.263)
Seguros	(939)	(1.063)
Doações, contribuições e subvenções	(262)	(736)
Tarifas bancárias	(2)	(11)
Diárias com viagens e hotéis	(109)	(127)
Participação entidades de classe		(2)
Jornais, revistas, livros, etc.	(60)	(14)
Ações judiciais	(7.991)	(4.588)
(-) Diversos	6.747	4.194
(-) Recuperação de despesas	14	
Valor adicionado bruto	315.699	310.913
Depreciações e amortizações	(48.608)	(47.242)
Valor adicionado líquido gerado	267.090	263.671
Receitas financeiras	8.359	9.765
Valor adicionado total a distribuir	275.449	273.436
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.006	2.687
Benefícios	666	731
FGTS	353	232
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	60.606	61.796
Estaduais	46	20
Municipais	12	17
Despesas financeiras	92.147	86.141
Aluguéis	311	349
Dividendos propostos	20.000	23.245
	177.147	175.216
Lucro do exercício após dividendos	98.302	98.220
	275.449	273.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2010	2009 <i>Ajustado</i>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	118.302	121.464
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	(6.522)	86
Depreciações e amortizações	50.665	44.852
Apropriação dos encargos e atualizações monetárias	64.611	77.095
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	29	2.562
Despesas pagas antecipadamente	496	540
Uso do bem público	31.171	(4.892)
Licenças ambientais	2.956	
Perda na alienação de bens e direitos		22
	261.708	241.729
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	941	(10.733)
Partes relacionadas	(1.060)	(790)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(3)	16.215
Cauções e depósitos vinculados	(2.689)	(3.833)
Despesas pagas antecipadamente	(413)	(496)
Outros créditos	(1.244)	874
	(4.468)	1.237
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(941)	(3.676)
Partes Relacionadas	858	34
Impostos e contribuições sociais correntes	1.718	(8.837)
Obrigações estimadas com pessoal	(55)	123
Outras obrigações	(17.385)	4.519
	(15.805)	(7.837)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	241.435	235.129
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e ao Intangível	(12.950)	(21.079)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado		2.984
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(12.950)	(18.095)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(23.245)	(25.270)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(178.972)	(190.483)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(202.217)	(215.753)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	26.268	1.281
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	70.294	44.026
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	44.026	42.745
	26.268	1.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
Constituída em 2 de maio de 2001, a Enerpeixe S.A. ("Companhia" ou "Enerpeixe"), Companhia de capital fechado, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001.
A Usina tem potência instalada de 452 MW com a implantação das três turbinas, sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda, em julho e a terceira, em setembro de 2006, tendo como energia assegurada 271 MW. (*)
A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão.
O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001.
(*) Não auditado.

2 Práticas contábeis
2.1 Base de apresentação
As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 16 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM durante os exercícios de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.
2.2 Demonstrações financeiras de 2009
Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM e emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela ANEEL.
As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normalizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.
2.3 Resumo das principais práticas contábeis
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.
a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado. Os saldos são apresentados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 5)
Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os contratos resultantes de participação em Leilões no ambiente regulado, os valores a receber relativos à energia comercializada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e os valores do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultantes do despacho do Operador Nacional de Sistema - ONS por melhor gestão dos recursos hídricos.
c) Imobilizado (Nota 12)
São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados sobre os ativos enquanto em construção.
A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 25)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir das diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e considerando o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

m) Uso do bem público (Nota 17)

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 6%.

n) Dividendos (Nota 21)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para as concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com os contratos de suprimento.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

p) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências e Recuperação dos ativos.

q) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo financeiro, a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

r) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

3 Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição**3.1 Reconciliação do balanço patrimonial da Companhia - 1º de janeiro de 2009**

ATIVO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	42.745		42.745
Concessionárias	10.733		10.733
Impostos e contribuições sociais	16.250		16.250
Partes relacionadas	23.505		23.505
Cauções e depósitos vinculados	51.666		51.666
Despesas pagas antecipadamente	540		540
Outros créditos	5.937	(2)	5.935
	151.376	(2)	151.374
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	64.490	64.490
Cauções e depósitos vinculados	5		5
	10	64.490	64.495
Imobilizado	1.777.059	(14.938)	1.762.121
Intangível	600	138.597	139.197
	1.777.659	123.659	1.901.318
Total do ativo	1.929.040	188.147	2.117.187
PASSIVO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Circulante			
Fornecedores	10.474		10.474
Encargos de dívidas	3.583		3.583
Impostos e contribuições sociais	24.605	(2.278)	22.327
Dividendos	21.670		21.670
Partes relacionadas	1		1
Empréstimos e financiamentos	113.717		113.717
Obrigações estimadas com pessoal	419		419
Encargos regulamentares e setoriais	9.721		9.721
Uso do bem público	13.371		13.371
Outras contas a pagar	34	(2)	32
	184.224	11.090	195.314
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	47.123		47.123
Empréstimos e financiamentos	691.779		691.779
Partes relacionadas	637		637
Uso do bem público	176.306		176.306
	692.416	223.429	915.845
Patrimônio líquido			
Capital social	882.628		882.628
Reservas de capital	18.546		18.546
Reservas de lucros	151.226		151.226
Prejuízos acumulados		(46.372)	(46.372)
	1.052.400	(46.372)	1.006.028
Total do passivo e patrimônio líquido	1.929.040	188.147	2.117.187

3.2 Reconciliação do balanço patrimonial da Companhia - 31 de dezembro de 2009

ATIVO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	44.026		44.026
Concessionárias	11.523		11.523
Impostos e contribuições sociais	35		35
Partes relacionadas	34.238		34.238
Cauções e depósitos vinculados	55.498		55.498
Despesas pagas antecipadamente	496		496
Outros créditos	2.060	(5)	2.055
	147.876	(5)	147.871
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	62.716	62.716
Depósitos vinculados	6		6
	12	62.716	62.722
Imobilizado	1.750.295	(14.618)	1.735.677
Intangível	709	133.633	134.342
	1.751.004	119.015	1.870.019
Total do ativo	1.898.886	181.726	2.080.612
PASSIVO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Circulante			
Fornecedores	5.767		5.767
Encargos de dívidas	3.081		3.081
Impostos e contribuições sociais	15.344	(2.229)	13.115
Dividendos	20.020		20.020
Partes relacionadas	1.066		1.066
Empréstimos e financiamentos	113.854		113.854
Obrigações estimadas com pessoal	542		542
Encargos regulamentares e setoriais	9.572		9.572
Uso do bem público	13.284		13.284
Outras contas a pagar	66	(5)	61
	169.312	11.050	180.362
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	45.435		45.435
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	578.756		578.756
Partes relacionadas	637		637
Uso do bem público	171.175		171.175
	579.393	216.610	796.003
Patrimônio líquido			
Capital social	882.628		882.628
Reservas de capital	18.546		18.546
Reservas de lucros	249.007		249.007
Prejuízos acumulados		(45.934)	(45.934)
	1.150.181	(45.934)	1.104.247
Total do passivo e patrimônio líquido	1.898.886	181.726	2.080.612

3.3 Reconciliação da demonstração do resultado da Companhia - 31 de dezembro de 2009

RESULTADO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Receita operacional líquida	326.278		326.278
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(7.858)		(7.858)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(26.032)		(26.032)
	(33.890)		(33.890)
Custo de operação			
Pessoal	(3.340)		(3.340)
Materiais e serviços de terceiros	(12.332)		(12.332)
Depreciações e amortizações	(44.564)	(4.645)	(49.209)
Outros custos de operação	(223)		(223)
	(60.459)	(4.645)	(65.104)
Custo Total	(94.349)	(4.645)	(98.994)
Lucro operacional bruto	231.929	(4.645)	227.284
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(2.320)	(45)	(2.365)
Depreciações e amortizações	(45)		45
Outras despesas operacionais	(16.744)	6.800	(9.944)
	(19.109)	6.800	(12.309)
Resultado do serviço	212.820	2.155	214.975
Receitas financeiras	9.765		9.765
Despesas financeiras	(84.559)	(1.582)	(86.141)
Resultado financeiro	(74.794)	(1.582)	(76.376)

RESULTADO

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	138.026	573	138.599
Imposto de renda e contribuição social correntes	(38.995)	(49)	(39.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.995	(86)	21.909
(-) Imposto de Renda - Incentivo ADA			
Lucro líquido do período	121.026	438	121.464
Lucro básico por lote de mil ações - R\$	145,25	0,52	145,77

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

6

Ativo
Circulante e Não Circulante
Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajuste decorrente dos impactos da adoção dos CPC's.

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Imobilizado: ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas devido a aplicação do CPC 27.

Intangível: ajustes referentes a: (i) reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento de um direito de concessão por conta dos contratos de concessão de Uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Passivo
Circulante e Não Circulante
Imposto de renda e contribuição social diferidos: reclassificação do saldo do curto prazo para longo prazo por conta da adoção do CPC 32.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprir com as definições do CPC 25.

Uso do bem público: reconhecimento dos valores a pagar por conta dos contratos de concessão de Uso do bem público por cumprir com as definições de reconhecimento do CPC 38.

Patrimônio líquido
Lucros acumulados: reconhecimento dos valores referentes a ajustes de exercícios anteriores devido a aplicação do CPC 25 e CPC 27.

Resultado
Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia devido a aplicação do CPC 27; (ii) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (iii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de Uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iv) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (v) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	952	168
Aplicações financeiras - renda fixa	69.342	43.858
Total	70.294	44.026

As aplicações financeiras de curto e prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente a fundos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 100% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Concessionárias

	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	10.431		10.431	10.778
Energia de curto prazo	152		152	745
Total circulante	10.583		10.583	11.523
Total circulante	10.583		10.583	11.523

8 Partes relacionadas

Concessionárias	Objeto do contrato	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh	Ativo	Passivo	Recitas (despesas) no exercício
Contraparte							
Bandeirante	Venda de energia elétrica	23/12/2002	a 31/01/2016	161,23	19.341	18.453	145.228
	Venda de energia elétrica	23/12/2002	a 31/01/2016	152,59	6.826	6.761	54.094
Escelsa	Venda de energia elétrica	23/12/2002	a 31/01/2016	158,17	9.131	9.024	72.369
					35.298	34.238	271.691
Partes relacionadas	Não circulante						
Bandeirante		1)	01/01/2007			162	162
Bandeirante		2)	01/07/2007			475	475
						637	637
Fornecedores							
CESA	Uso do sistema de transmissão	28/10/1999	28/10/1999				
	Serviços de consultoria ambiental		28/10/1999			30	(301)
Energst	Uso do sistema de transmissão	28/10/1999	28/10/1999			1	1
	Serviço de uso da rede		17/07/2025			449	517
Furnas	Serviço de operação e manutenção da usina					1.444	548
						1.924	1.066
						2.561	1.703
							259.820
							255.152

1) Reembolso de gastos transversais referentes ao Projeto Aliança onde ocorreu a unificação da plataforma do sistema compartilhado.

2) Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente links de comunicação para acesso a rede compartilhada.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

Intangível	Valor líquido		Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortização	Valor líquido
	31/12/2009	31/12/2010				
Intangível em serviço						
Software	218			905	(144)	979
Servidão permanente	268					268
Direito de concessão - Licenças ambientais				2.747	(382)	2.365
Direito de concessão - Uso do bem público - UBP	133.633				(4.965)	128.668
Intangível em curso	223	681		(904)		
	134.342	681		2.748	(5.491)	132.280
Obrigações vinculadas à concessão - P&D				(681)	11	(670)
	134.342	681		2.067	(5.480)	131.610

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Uso do bem público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição dos empréstimos

Moeda	31/12/2010			31/12/2009		
	Encargos Circulante	Principal		Encargos Circulante	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
BNDES	1.276	56.454	230.518	1.528	56.454	286.971
Banco Itaú	389	17.220	70.316	466	17.220	87.536
Bradesco	325	14.350	58.596	388	14.350	72.947
Unibanco	260	11.480	46.877	311	11.480	58.357
Banco do Brasil	324	14.350	58.595	388	14.350	72.945
Total	2.574	113.854	464.902	3.081	113.854	578.756

O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDES, no valor total de R\$ 670.000, aprovado nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, nº 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R\$ 335.000 em operação de financiamento direto com recursos do BNDES e R\$ 335.000 em operação de financiamento mediante repasse realizado por agentes financeiros, conforme quadro a seguir:

Parcela direta	Parcela indireta					
	BNDES	Itaú	Banco do Brasil	Bradesco	Unibanco	Total
Subcrédito						
"A"	26.184	7.855	6.546	6.546	5.237	26.184
"B"	235.671	70.701	58.917	58.917	47.134	235.669
"C"	7.314	2.195	1.829	1.829	1.463	7.316
"D"	65.831	19.749	16.458	16.458	13.166	65.831
	335.000	100.500	83.750	83.750	67.000	335.000

As principais condições do financiamento são:

(i) Amortização: • Para os subcréditos "B" e "D", 95 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2008 e a última em 15 de janeiro de 2016.

(ii) Encargos: • Para os subcréditos "B" e "D", índice Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de 4,5% ao ano, durante o prazo em que vigorar a fiança da EDP - Energias de Portugal S.A.; e • Os spreads acima mencionados poderão ser de até 6% ao ano a partir da data em que vigorar a fiança da controladora direta EDP - Energias do Brasil S.A., em substituição à fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., o que, a partir de janeiro de 2008, poderá ocorrer somente por solicitação da Companhia e da EDP Energias do Brasil S.A. Esta taxa poderá ser reduzida para 5% ao ano, caso a EDP - Energias do Brasil S.A. apresente índice de capitalização mínimo de 38% e a Enerpeixe apresente índice de cobertura do serviço da dívida de 1,3. O índice de cobertura do serviço da dívida é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras, com medições semestrais em junho e dezembro.

(iii) Vencimentos das parcelas de curto e longo prazo (principal e encargos):

	Valor líquido em 31/12/2009		Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2010
	Circulante	Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	116.935		(113.854)	(65.118)	64.611	113.854	116.428
	116.935		(113.854)	(65.118)	64.611	113.854	116.428
Empréstimos e financiamentos	578.756		-	-	-	(113.854)	464.902
	578.756		-	-	-	(113.854)	464.902

16 Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.582	2.165
Pesquisa e desenvolvimento	7.017	6.205
Uso do bem público - UBP - Direito de outorga		1.135
Taxa de fiscalização - ANEEL	73	67
Total	9.672	9.572

16.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa.

A Companhia registrou o montante de R\$ 1.783 em 2010 (R\$ 1.580 em 2009), sendo a título de principal R\$ 1.318 em 2010 (R\$ 1.305 em 2009), registrado no Grupo de Dedução da Receita e R\$ 465 em 2010 (R\$ 375 em 2009) de atualização monetária, registrado no Resultado Financeiro.

17 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga concedida para exploração do potencial hidrelétrico da usina Peixe Angical, pagará ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão e enquanto estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato de concessão, atualizado anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro.

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento.

Este intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente à realização do pagamento.

Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa líquida de desconto de 6%, referente ao Custo Médio de Capital.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Ajustado	13.284	171.175		
Ajuste a valor presente	(4.469)			
Encargos e atualizações monetárias	12.937	18.234		
Amortizações	(12.482)			
Transferência para o circulante	6.800	(6.800)		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	16.070	182.609		

18 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2010		31/12/2009	
	Instâncias	31/12/2010	Instâncias	31/12/2009
Trabalhistas	2 ^a	12	78	78
Cíveis	1 ^a	296	296	296
Administrativos		3.731		
Total		4.039		374

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está demonstrada a seguir:

	31/12/2010			31/12/2009		
	Quantidade de ações	% Participação	Capital social	Quantidade de ações	% Participação	Capital social
Acionistas						
EDP Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60%	529.577	499.951.253	60%	529.577
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.836	40%	353.051	333.300.836	40%	353.051
	833.252.089	100%	882.628	833.252.089	100%	882.628

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

23 Gastos operacionais

	2010		2009	
	Custo do serviço	Despesas operacionais	Custo do serviço	Despesas operacionais
Com energia elétrica				
De operação				
Com vendas				
Gerais e administrativas				
Outras				
Total	31.627	-	31.627	-

Não gerenciáveis

Contratos bilaterais 4.208

Energia de curto prazo - CCEE 1.425

Encargo de uso e conexão 29.218

PIS/COFINS (3.224)

Taxa de fiscalização 878

Compensações financeiras 11.338

Total 31.627

Gerenciáveis

Pessoal, administradores e entidade de previdência privada 1.614

Material 336

Serviços de terceiros 10.519

Depreciação e amortização 50.415

Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas 836

Aluguéis e arrendamentos 70

PIS/COFINS (2.052)

Outras 1.502

Total 62.404

Os saldos de PIS/COFINS referem-se a créditos nas operações da Companhia, como CCEE, energia elétrica comprada para revenda, depreciação de máquinas e equipamentos, despesas de energia elétrica e aluguéis.

24 Resultado financeiro

	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009
Renda de aplicações financeiras	8.061	7.297		
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	216	2.418		
Outras receitas financeiras	82	50		
	8.359	9.765		
Juros e multa sobre impostos	(65)	(62)		
Encargos de dívidas	(64.657)	(76.188)		
Variações monetárias moeda nacional	(256)	(932)		
Ajustes a valor presente	4.469	(13.456)		
Variações monetárias (Uso do bem público)	(31.171)	4.892		
Outras (receitas) despesas financeiras	(467)	(395)		
	(92.147)	(86.141)		
Total	(83.788)	(76.376)		

2010	2009		2010		2009	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Suprimento de energia elétrica	2.597	2.166	361.796	354.205		
Energia de curto prazo			4.998	8.920		
Serviços taxados e outros				5		
Total outras receitas operacionais			4.998	8.925		
			366.794	363.130		
(-) Deduções da receita PEE e P&D			(3.296)	(3.263)		
PIS/COFINS			(33.928)	(33.589)		
			(37.224)	(36.852)		
Total	2.597	2.166	329.570	326.278		

14 Fornecedores

	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Suprimento de energia elétrica	815	1.027		
Encargos de uso da rede elétrica	3.095	3.265		
Materiais e serviços	916	1.475		
Total	4.826	5.767		

	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Circulante	116.428			
2011				
Não circulante				
2012		113.853		
2013		113.853		
2014		113.853		
2015		9.490		
2016		464.902		
Total		581.332		

(iv) Garantias e obrigações:

• Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil S.A.; • Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:

• Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeiranteira Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT; e • As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs; • Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização de juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização; • Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas; • Em 31 de dezembro de 2010, as cláusulas restritivas desses contratos de financiamentos encontram-se em pleno atendimento, a saber índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). O ICSD é definido como a relação entre o fluxo de caixa disponível e serviço da dívida e será apurado com base nos demonstrativos financeiros findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício, durante o período do contrato.

20.2 Destinação do lucro

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma de lei, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio.

	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido apurado no exercício	118.302	118.302
Ajuste de exercícios anteriores	(45.934)	
Total	72.368	72.368
Constituição da reserva legal - 5%	3.618	
Incentivo fiscal - ADA	24.478	
	44.272	

Destinação do lucro:

	2010	2009
Dividendos	20.000	24.272
Constituição da reserva de retenção de lucros		
Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 20.000, imputados aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos nas demonstrações dos resultados.		

20.3 Reservas

20.3.1 Reservas de capital

	31/12/2010	31/12/2009
Reservas de capital		
Incentivos fiscais	18.546	18.546
	18.546	18.546
Reservas de lucros		
Legal	23.142	19.524
Retenção de lucros	208.704	184.432
Incentivos fiscais	69.529	45.051
	301.375	249.007

A Reserva de capital é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ do exercício findo até 31 de dezembro de 2007.

20.3.2 Reservas de incentivos fiscais

	2010	2009
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	118.302	121.464
Doações e subvenções - incentivo ADA redução de IRPJ	24.478	21.995
Lucro líquido, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	93.824	99.469
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	(24.478)	(21.995)

Patrimônio líquido em 31 de dezembro sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

1.202.549

1.150.181

24.478

21.995

(24.478)

(21.995)

A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07.

20.3.3 Reserva de retenção de lucros

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	7.838	9.695	11.515	5.942	4.005
Cauções e depósitos vinculados	CDI	22.249	27.520	32.685	16.866	11.368
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	88.601	113.465	135.284	66.890	44.891
Valor de referência						
CDI - 10,0%		10,00%	12,50%	15,00%	7,50%	5,00%
TJLP - 6,0%		6,00%	7,50%	9,00%	4,50%	3,00%

26.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetuadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude. O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

Obrigações contratuais	31/12/2010				
	Total	Vencimentos em 2011	Vencimentos de 2012 até 2014	Vencimentos de 2015 até 2016	Vencimentos acima de 2016
Empréstimos e financiamentos	75.023	5.932	17.037	11.358	40.696
	75.023	5.932	17.037	11.358	40.696

Obrigações contratuais	31/12/2009				
	Total	Vencimentos em 2010	Vencimentos de 2011 até 2013	Vencimentos de 2014 até 2015	Vencimentos acima de 2015
Empréstimos e financiamentos	67.046	4.666	14.214	9.476	38.690
	67.046	4.666	14.214	9.476	38.690

26.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema, sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua

aplicações em caráter especulativo. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são R\$ 200.000 para danos materiais e R\$ 10.000 para responsabilidade civil.

Responsabilidade civil	2010
	10.000

A Enerpeixe possui um seguro para danos materiais de até R\$ 200.000, com os seguintes sublimites: quebra de máquina - R\$ 100.000; despesas extraordinárias - R\$ 10.000; honorário de perito - R\$ 1.000; despesas de agilização - R\$ 2.000; pequenas obras de engenharia - R\$ 10.000; erros e omissões - R\$ 2.000; demolição e aumento do custo de construção - R\$ 5.000; inclusões/exclusões de bens - R\$ 2.000; recomposição de registros - R\$ 500; despesas de salvamento e contenção de sinistros - R\$ 1.000.

28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2010 foram de R\$ 11.627 sendo R\$ 10.806, capitalizados no período, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$ 821 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques
Presidente

Álvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Conselheiro

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Carlos Nadalutti Filho
Conselheiro

Luiz Henrique Hamann
Conselheiro

DIRETORIA

Julio Galvão de Araújo Junior
Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro

Amauri Alvarez
Diretor de Operação

Francisco José Magdalena
Contador - CRC 1SP259218/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Enerpeixe S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria

seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro

de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2011



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Carlos Augusto Pires
Contador CRC 1SP184830/O-7

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9